

série.B
APOSTILA .3



ESTUDO
sobre
SOCIALIZAÇÃO

MEB I

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho representa um esforço no sentido de oferecer aos que trabalham no MEB e aos que colaboram conosco alguns argumentos para a discussão do problema da socialização.

Não pretendemos esgotar o assunto, mas estamos convencidos de que, nesse conceito, se juntam tôdas as linhas que poderão dar origem aos projetos e planos de ação que tentam superar o problema da injustiça social.

Tudo o que decorrer de sua compreensão não está, de modo algum, vinculado ao fato de ter sido exposto e esclarecido por um Papa da Igreja Católica, num determinado tempo. O valor e a virtualidade de força que o conceito de socialização tem, para influenciar na sociedade dos homens, dependem da própria natureza social do homem.

O fato de um Papa tê-lo feito divulgar, com maior insistência, não dependeu de sua condição de Papa, nem de sua condição de cristão, mas da objetividade com que soube olhar, de frente, os problemas de seu tempo. É êle mesmo quem nos diz que a socialização é "fruto e expressão de uma tendência natural" (M.M.). Como Papa, êle desempenhou seu papel "sem temer mal nenhum".

Nossa exposição se prende, também, aos textos pontifícios, porque achamos ser de nossa obrigação conhecê-los e divulgá-los em função do que verdadeiramente representam na luta do homem pela Justiça.

Obs.: O trabalho tem finalidade de estudos e debates, sem pretender ser definitivo, nem absolutamente nôvo. Algumas explicações poderão parecer desnecessárias, mas são feitas em função de esclarecer alguns têrmos que, embora possam ser conhecidos por alguns, são estranhos a outros. Pedimos a colaboração das críticas, visando futuras reelaborações.

1. PRESENÇA DA IGREJA NA EVOLUÇÃO SOCIAL

A sociedade humana tem uma unidade. Todos os homens têm uma mesma natureza, todos vivem um determinado tempo. As relações que mantêm entre si variam conforme o tempo em que vivem e conforme os modos de conduta que estabelecem. Esse relacionamento é complexo e se torna mais ou menos intenso, conforme os meios de que dispõem para se comunicarem. A vida dêsses homens, através dos tempos, implica um processo social que varia também. Pode ser mais grave ou mais harmoniosa, conforme haja entre êles maior ou menor grau de compreensão, de entendimento ou, então, maiores conflitos.

Se tomarmos em consideração a crescente evolução dos processos sociais, desde as reivindicações de massas, até as guerras localizadas e as possibilidades de uma nova guerra mundial, permanece, diante de quem estuda a sociedade, uma grande interrogação, indicando a dificuldade fundamental de um mundo que cresce sempre, que se encontra dividido, mas que se une e se comunica mesmo quando se divide e quando cresce. Como se poderia encontrar uma saída, uma libertação para o conflito universal entre os homens? Todos buscam uma paz, mas, em meio à obscuridade dêsse conflito, onde buscar um pequeno fecho de luz que comece por reunir, em tôrno de si, os que fôssem capazes de ser os porta-vozes da união universal? Por que, só quando houver união, poderá haver paz, tanto para o homem que vive numa comunidade pequena, como para tôda a humanidade que povoa a terra.

A sociedade evolui no tempo, mas também cresce no espaço geográfico da terra. Os homens terão, pois, que combinar, em tempos determinados, qual a relação que há entre o espaço de terra que têm para viver e o número de pessoas que a socieda-de humana comporta.

A humanidade sempre encontrou modos de convivência social num espaço geográfico, segundo os quais harmonizava, melhor ou pior, os meios de distribuição do que produzia com as necessidades que tinha. Mas, desde que descobriu, na civilização clássica da Grécia, um modo de comunicação capaz de ser universa-lizado, com a organização política da cidade, não cessou de progredir, elaborar, viver, superar, em cada época, as formas de convivência, buscando sempre o mais perfeito. Isso não se fêz sem lutas, nem foi tão friamente realizado como hoje nos pode parecer, através dos estudos de história. Pois o Espírito, que move o homem, uma vez em ação, nunca cessa de agir. Es se contínuo desdobrar-se do Espírito no tempo, através dos hōmens, busca uma realização cada vez mais plena, tanto na sua realidade concreta de ser humano singular, como na vivência global da sociedade, constituída num corpo místico.

Essa organização cresce sempre na história do Homem. Ela se faz uma exigência, tanto no plano econômico, quanto no pla

no político. A organização econômica sempre existiu, mesmo nos grupos mais primitivos. Quanto à organização política, isto é, a divisão de poder e de responsabilidades nos grupos humanos, somente a partir da era das grandes navegações, há mais ou menos quatro séculos, é que o fenômeno veio passando por transformações de estrutura e se impondo como exigência humana. Explícito melhor, queremos dizer que só depois dos grandes descobrimentos e das inovações técnicas é que a massa passou a reivindicar uma participação mais significativa no processo político.

Somente a partir da Renascença (depois do século XVI), quando já ficara para trás a estratificação social centrada em Deus, da Idade Média, é que se acentuou um problema novo. Toda a dominação política se concentrava na figura do Rei — do Monarca — enquanto que a dominação econômica se concentrava nas mãos do Banqueiro ou do Mercantilista. Isso marcou o começo do capitalismo. As necessidades de comerciar dos banqueiros e dos homens de negócios estimularam as navegações e as descobertas. Era o modo de fazer circular e aumentar as riquezas da Europa. Entretanto, na mesma medida em que a posse das riquezas foi a brindo caminhos novos no mundo, aqueles que as possuíam se iam libertando do poder dos Monarcas e criando novas relações entre a riqueza e a autoridade. A partir desse tempo, os recursos técnicos começaram a progredir e a melhorar os meios de produção. A "Revolução Industrial", que compreende os fins do século XVII até o século XIX, representou uma radical mudança no trabalho do homem, porque introduziu a máquina como meio de transformar a natureza. Os grupos, que comandavam a vida econômica, passaram a exigir uma participação e mesmo uma usurpação total do poder dos Monarcas. Introduziu-se, também, uma doutrina econômica baseada na liberdade absoluta, onde o Estado aparecia apenas como a estrutura que garantia e assistia a livre concorrência das empresas. Era o liberalismo. Uma doutrina econômica que julgava que a liberdade de interesses econômicos e políticos chegasse a elaborar, por si mesma, um sistema político-social onde a justiça e a igualdade gerassem uma fraternidade humana real.

Mas, "o fim da sociedade é o bem da comunidade, o bem do corpo social. Não compreender que este bem do corpo social é um bem comum de pessoas humanas, como o próprio corpo social é um todo de pessoas humanas, conduzirá a outros erros, de tipo totalitário. O bem comum da cidade não é nem a simples coleção dos bens privados, nem o bem próprio de um todo que dirige só para si, sacrificando as partes". (1)

Era inevitável que a acentuação exagerada dos princípios individualistas, que encerram, fundamentalmente, uma recusa à aceitação do outro e, como consequência, levam à impossibilidade da realização pessoal, gerasse uma atitude político-social diametralmente oposta: o socialismo (um sistema político-econômico onde não exista a apropriação particular e pessoal de bens de produção e onde o poder se concentra todo no Estado). Se o liberalismo dos séculos XVIII e XIX esmagou o operariado europeu, os sistemas totalitários iriam originar os nazi-fascismos e os comunismos de Estado.

Como se vê, a evolução da sociedade humana, na sua estruturação político-econômica, traça uma linha que sobe e desce conforme se acentua, neste ou noutro lado, a liberdade absoluta no plano econômico ou no domínio absoluto do Estado, quando êle mesmo tudo controla e distribui. Entre os ápices dessas curvas, que alcançaram seus pontos máximos e mínimos em momentos históricos sempre dolorosos para o homem comum, a sociedade dos que crêem, dos que participam da comunidade espiritual da graça — a Igreja — fêz seus pronunciamentos e suas intervenções. Tôdas partindo de sua autoridade constituída, o Papa, porque a Igreja, também, tem que se inserir no mundo, tem que se encarnar para redimir, tem que se estruturar como uma comunidade qualquer. E ela tudo faz em formas concretas e totalmente humanas, porque é essa a forma em que pode testemunhar, sempre, a necessidade absoluta de uma transcendência àquilo que é apenas terreno. É na história do homem, da qual participa, que a Igreja constroi a história sagrada do povo de Deus. Por isso, em tudo o que implicar vida social e econômica do homem; ela tem alguma coisa a dizer, tem uma participação assegurada. Trabalha pelo bem comum da sociedade, pois sabe que, "se o bem comum da cidade * implica uma ordenação implícita para o que o ultrapassa, é que, já sua própria constituição e no interior de sua esfera, a comunicação ou a redistribuição às pessoas que constituem a sociedade é exigida pela própria essência do bem comum".(2)

Dáí a importância do tempo para que a sociedade dos homens vá encontrando os modos de se organizar mais justa e mais igualmente. Nunca se conseguiu que uma comunidade humana, no seu comêço, fôsse justa e perfeita; se essa afirmação não serve para racionalizar as injustiças das sociedades que se desenvolvem, servem, ao menos, para que se tenha o fator tempo como necessário a seu aperfeiçoamento. "A História é, por conseguinte, um elemento positivo e não apenas marginal, na formulação da Doutrina Social da Igreja".(3)

E a Doutrina Social nunca é formulada só pelo Papa. Ela é fruto das experiências e dos estudos de todos os cristãos que, obrigatoriamente, são os agentes das relações sociais no processo histórico. As explicitações dos Papas são sempre resultado daquilo que os homens naturalmente já viveram e mostraram ser bom para a sociedade. Elas têm um valor de autoridade e orientação, mas nunca são estáticas, nem limitativas das ações e experiências humanas.

Não é, pois, de se admirar que um ensinamento social, de caráter doutrinal, acompanhe a evolução das necessidades da

* Maritain emprega aqui o termo "cidade" referindo-se a "toda e qualquer comunidade organizada política e economicamente."

sociedade humana universal. Uma colocação de Leão XIII, feita em 1890, não poderá ser desmentida, nem invalidada, dentro de seu contexto histórico, mas poderá não bastar para um mundo que cresceu. Uma afirmação incisiva do Direito de Propriedade, feita por Pio XI, jamais perderá seu conteúdo ético-social, enquanto norma para o homem, porém, necessitará que lhe seja acentuada a função social, que permaneceu menos explícita em tempos em que havia tendências de exagêro da dominação do Estado.

Nessa linha, nos surge hoje uma explicitação corajosa da socialização, como fenômeno dos nossos tempos. João XXIII elaborou-a. Não a coloca como explicação diletante de um conceito a ser discutido nas esferas restritas de intelectuais, alheios à condição das populações marginalizadas no processo capitalista, mas como tarefa a ser realizada pela necessidade histórica-de nossa sobrevivência.

"A socialização é um dos aspectos característicos de nossa época" (M.M.). É por ela que se consoma o bem comum da sociedade e de cada um. A socialização vai incidir, diretamente, no relacionamento que existe entre os bens disponíveis de uma comunidade e a sua distribuição entre seus membros. Vai referir-se aos modos de comunicação que os homens mantêm entre si. Vai transformar os critérios para a repartição e a participação do povo no poder, tanto de suas comunidades nacionais, como nos destinos da comunidade humana universal. Talvez, seja a contribuição que venha provocar uma nova compreensão do problema pessoal do trabalhador, como elemento fundamental no processo da produção e das relações de pagamento que existem entre os países ricos e os países pobres.

"Amargura profunda invade o Nosso espírito diante do espetáculo tristíssimo de inumeráveis trabalhadores, em muitas nações e continentes inteiros, os quais recebem um salário que os submete, com suas famílias, a condições de vida infra-humanas. Isso se deve também a estar nos seus primórdios, ou numa fase de insuficiente desenvolvimento, o processo da industrialização dessas nações e continentes" (M.M.).

João XXIII definiu a socialização como uma "multiplicação progressiva das relações dentro da convivência social" e afirmou a necessidade "da intervenção dos poderes públicos, mesmo nos domínios mais delicados, como os da saúde, da instrução e da educação das novas gerações etc." (M.M.), sem afirmar, com isso, que os problemas humanos se determinam pela produtividade, mas apontando o caminho de uma ação livre, consciente, do homem moderno, capaz de ter uma visão global da sociedade em que vive.

"Não se deve considerar a socialização como resultado de forças naturais impelidas pelo determinismo; ao contrário, como já observamos, é obra dos homens, seres conscientes e li-

vres, levados por natureza a agir como responsáveis, ainda que, em suas ações, sejam obrigados a reconhecer e respeitar as leis do progresso econômico e social; e não possam subtrair-se de todo à pressão do ambiente." (M.M.).

Há uma observação do Papa que provocou discussões mais tensas: "Para se alcançar, porém, com maior facilidade, estes resultados, os governantes devem ter uma noção exata do bem comum. Este compreende o conjunto das condições sociais, que permitem aos homens atingir mais plena e facilmente a sua própria perfeição. Além disso, julgamos necessário que as instituições ou os corpos intermediários e as múltiplas iniciativas, pelas quais sobretudo se realiza a socialização, se rejam por suas próprias leis e procurem atingir seus objetivos harmoniosamente e a serviço do bem comum" (M.M.). Essa referência aos corpos intermediários fez lembrar, principalmente, as "corporações" da Idade Média e o sistema de corporativismo que vigorou na Alemanha e na Itália nos tempos de Hitler e Mussolini, já que, em latim, se escreve "corpora intermedia" ou "collegia multiplicia". Seria mesmo intenção do Papa indicar essas instituições como fundamentais ao que se poderia chamar um projeto social da Igreja? Ora, "a Igreja não se arroga qualquer competência quanto aos aspectos prático ou técnico das questões econômicas e sociais; por outro lado, recusa-se a intervir na determinação das formas de govêrno". (4)

Não se pode pensar que as corporações profissionais, que jun-tassem patões e operários na solução dos interesses profissio-nais comuns, fôsse desejo dos Papas. A "Fábrica Crista" nunca foi desejada como estrutura social nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja. Nem a referência a êsses corpos intermediários tem qualquer intenção de afirmar o corporativismo, já superado, como estrutura, para um tempo como o nosso. O Papa refere-se, de fato, à necessidade da existência dos sindicatos, das associações de classe, como meios positivos de atuação no equilíbrio que deve haver entre o Estado e as comunidades de pessoas.*

. . .

* Para estudar melhor êsse problema, aconselhamos a leitura do capítulo XIX do livro "Igreja e Sociedade Econômica", de J. Y. Calvez, que trata do Projeto Social da Igreja: Comunidade e Responsabilidade. Leia-se, também, as páginas 184/189, do livro "As Encíclicas de João XXIII", do Prof. Luiz José de Mesquita.

2. IDEOLOGIA NÃO SE CONFUNDE COM A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Podemos voltar, agora, nossa atenção para outro aspecto do problema. Que coisas impedem um processo de socialização? Se esse é um bem, por que encontra êle obstáculos?

Há um dinamismo vital em todos os grupos humanos, assim como há o dinamismo de cada ser vivo, crescendo até encontrar um grau de integração total consigo mesmo e com o mundo onde se encontra.

O dinamismo dos grupos humanos busca uma realização social onde se possam integrar os aspectos social, econômico, religioso, político etc. É evidente que essa integração tem, como agente principal, a natureza do homem que busca um "encontro" com cada semelhante, uma identificação e um reconhecimento. Entretanto, ela não se realiza enquanto o homem não consegue, no plano das necessidades sensíveis e primárias, um determinado grau de satisfação: ter o que comer, o que vestir, ter uma condição social que lhe permita sentir-se afirmado perante os outros e poder sustentar, com segurança, um relacionamento no grupo em que está inserido. Quando os grupos são pequenos, quando o desenvolvimento cultural ainda se encontra em seus princípios, o nível dos conflitos permanece em função das necessidades de subsistência.

Hoje, porém, vivemos num século onde a técnica das comunicações permite um relacionamento universal. Deixamos, para trás, séculos de história, onde se lutou por conquistas de direitos fundamentais, onde se desenvolveram as relações de comércio, onde se aperfeiçoaram técnicas de produção. Também evoluíram os modos de dominação, a possibilidade de se poder decidir pelos outros, mesmo contra os outros.

As sociedades nacionais compõem-se de grupos estratificados, que conflitam. As relações internacionais também se chocam, enquanto buscam um poder de controle cada vez maior sobre as riquezas que a humanidade produz. O poder, numa sociedade como a nossa, fica vinculado à posse de bens. É em função disso que certos grupos podem justificar, racionalmente, um modo qual quer de estruturação da sociedade. Há grupos que pretendem uma sociedade aberta, onde a liberdade de concorrer lhes possa dar maiores oportunidades de criação de riquezas, de obter maior prestígio. Há outros grupos que pretendem uma sociedade fechada, onde o poder se concentre unicamente num chefe que, conforme a época, se reveste da autoridade de um rei ou de um despota.

Uns, pretendem a realização humana vinculada à posse de bens; outros, às diversas formas de autoridade. E cada qual racionaliza, isto é, justifica seu interesse de forma diversa. Há, também, os que pretendem uma renovação contínua, que se esvazia em si mesma e não guarda valor algum perene, nenhuma estabilidade sócio-econômica ou política. Recusam tudo que não seja nôvo, que não seja revolucionário.

O que chamamos ideologia é justamente essa racionalização dos interesses dos grupos ou das pessoas que, em função dos valores que elegeram para si ou dos interesses que lhes possibilitam uma afirmação mais intensa no contexto social, transformam em verdade uma determinada forma de relacionamento sócio-econômico. Ela pode ser uma ideologia contenciosamente reacionária, voltada para uma situação do passado, crendo que as formas antigas de relação social são as únicas verdadeiras, como pode ser exclusivamente voltada para o futuro, numa atitude de recusa a qualquer valor antigo. Em qualquer caso, é uma racionalização ideológica e nada tem que ver com um princípio doutrinal.

Se não cabe ao cristão um papel de homem voltado para o passado, lamentador das situações superadas e não mais aceitas, também não lhe cabe a atitude juvenil de um renovador perdido na dispersão das opções. Quando êle incorre num e noutro caso, está seguindo uma ou outra ideologia, nunca a Doutrina Social.

Ora, se um cristianismo coerente exige de nós que estejamos na vanguarda do combate pela justiça social, assegura-nos, também, que, até o fim dos tempos, a vida do homem realmente cristão será contradição e luta e, em momento algum, pode êle instalar-se em harmonia durável. (5)

A própria Igreja, enquanto instituição divina, comunidade de irmãos que buscam a salvação, também corre o risco de fazer opções ideológicas, de afirmar que certas estruturas sociais são mais ou menos próprias à transmissão da verdade evangélica. A verdade da mensagem cristã nunca dependerá das estruturas sociais, nem das opções que os membros da Igreja pretenderem autênticas para si ou para os outros. Porque a Verdade da Doutrina não é uma racionalização de interesses. Uma posição doutrinal não deve, nem pode ser ideologizada. A doutrina transcende os interesses de grupos. Ela expressa a Verdade para todos os grupos humanos. Daí decorre que uma opção ideológica não pode ser doutrinalmente justificada, nem uma verdade doutrinal ideologicamente defendida.

Excluimos, pois, a validade de uma atitude cristã classicamente voltada para o passado, como atitude ideológica e não doutrinal. E, em função disso, é que poderemos apresentar algumas observações sobre a defesa obstinada do Direito de Pr

priedade em nível ideológico. Todavia, excluimos, também a atitude de revolução social como norma absoluta para uma vivência da fé no Cristo.

Com isso, não fugimos para uma posição de contemplação dos fatos. Não se pode esquecer que o organismo político-social é obra do homem e que o homem cristão tem seu testemunho condicionado à participação na reformulação desse organismo, no seu aperfeiçoamento. Se achar, em qualquer racionalização, um modo de se fechar em sua individualidade, retira-se de uma parte de si mesmo e nega-se ao que é fundamental na vida humana.

Por fim, excluimos tanto o "profetismo azêdo e amargo", como o bom humor de sacristia". (6)

. . .

3. SOCIALIZAÇÃO: PESSOA E PROPRIEDADE

Podemos agora voltar à preocupação inicial de como buscar uma compreensão do problema social, sem cair num individualismo burguês ultramontano e, também, sem incidir num coletivismo que desconheça a dignidade real da pessoa. Acreditamos que o aprofundamento de tudo o que implica o próprio conceito de socialização é o caminho mais seguro. Ele comporta todas as coordenadas da vida social, trazendo a realização da pessoa orientada para a comunidade. A socialização é uma extensão do homem na comunidade dos homens.

Para tanto, vamos buscar em Teilhard uma indicação precisa: "a solução do problema é dada pelos próprios termos em que ele se coloca. Nós nos encontramos, pelo jôgo de nosso crescimento, na dupla necessidade de nos aprofundarmos em nós mesmos e, simultaneamente, de passar, de qualquer maneira, para aquilo que nos envolve. Sem dúvida, êstes dois gestos não são tão opostos quanto parecem, mas encontram-se ligados na harmonia de um movimento mais profundo. O homem evita comunicar-se com um outro homem porque teme que, em se dividindo, diminua sua personalidade. Procura engrandecer-se isolando-se. Mas, se o universo é organicamente possível (se não nos coloca, por sua origem, numa posição mecanicamente impossí-

vel) é exatamente o contrário que se torna verdadeiro. O don que fazemos de nosso ser, longe de ameaçar o nosso "eu", tem o efeito de completá-lo". (7)

Dêsse modo, a pessoa humana jamais poderá atuar plenamente a não ser numa relação com a realidade exterior que a envolve. Ela não se efetiva senão na ação e essa ação é encontro, "affrontement" com o real, também êle objetivo. Essa exterioridade à pessoa se concretiza, tanto na existência do universo em que ela se insere, como na realidade das outras pessoas, das demais consciências com quem deve manter relação. Daí decorre que a vida particular de uma pessoa, quando promovida a valor supremo, necessitará de uma força externa que a possa manter e que, caso ela recuse essa necessidade, a qual quer momento, poderá tornar-se, ao invés de protegida pelo exagerado particularismo, sumamente ameaçada.

"Quando encontramos, na sociedade ocidental, uma Declaração dos Direitos do Homem, que alimenta o desejo individualista com uma soberania absoluta, vemos que ela corre um risco de sancionar um ideal que faz da sociedade a simples justaposição de pequenos deuses, reinando sobre planetas sem comunicação". (8)

A pessoa tem sua irredutibilidade garantida, seus "direitos inalienáveis", para usar a expressão tão demagógicamente gasta, mas a pessoa não será pessoa isoladamente, não se manterá, enquanto não permanecer na disponibilidade de aceitar um "outro" que, implicitamente, ela mesma exige. O que é incapaz de se voltar para outras coisas é incomunicável, isolado. A pessoa precisa reconhecer e ser reconhecida. Isto porque ela comporta uma atividade que lhe é essencial e que se desdobra, tanto para uma unidade interior que constroi, quanto para uma abertura em relação ao mundo e às outras pessoas.

Essa atividade, no primeiro caso, da unidade interior, se mantém pelo caráter ilimitado de ação da inteligência racional, sempre capaz de compreender e recriar para si uma realidade que lhe é exterior, alcançando sua essência e representando-a, conceitualmente universalizada. Essa ação será, para o homem, provocadora de uma reação de compreensão e de transformação do mundo em que vive. A partir dela, o homem se integra como ser diferente do mundo e se afirma como homem.

Entretanto, exatamente porque faz isso e porque se situa num mundo que comporta outros seres, como êle, é obrigado a comunicar o que vê e o que faz, a fim de que seja aceito e possa aceitar os outros. Não há interioridade sem comunicação e vice-versa. A obrigatoriedade da comunicação decorre da necessidade que lhe é iminente para a ação inteligente. Qualquer recusa consciente a uma atuação universal, no plano da comunicabilidade, implicará numa fuga egoísta em si mesmo e, conseqüentemente, numa autoliquidação. Entre a verticalidade de uma abertura total para o outro e a horizontalidade de uma construção pessoal, está centrado o mistério úl

timo do homem cristão, obrigado, a um tempo, a se preocupar consigo e com todos.

Ora, a realização sócio-econômica implica o mesmo nível de relação, a mesma disponibilidade e abertura. Tudo isso foi por João XXIII chamado socialização.

Também no plano econômico, o que fôr "fechado", "particular", não poderá, jamais, ser plenamente humano.

Num grupo social humano, adaptado culturalmente às limitações que o meio geográfico lhe impõe, com capacidade de transformá-lo e humanizá-lo, a atividade econômica desempenha papel fundamental.

Os padrões culturais do mundo ocidental nos impuseram, através de suas conquistas, valores e normas muito vinculados à posse de bens. Como o sistema de produção e consumo da sociedade ocidental é que lhe dá as condições de sobrevivência e as garantias psicossociais de integração, ter ou não ter bens, se torna fator de ser ou não ser culturalmente integrado, psicologicamente equilibrado, emocionalmente realizado, politicamente independente.

Quando se luta exageradamente por isso, quer no plano pessoal, como no plano comunitário ou nacional, corre-se o risco de construir um tipo de civilização ou exageradamente liberal ou, por reação inversa, um coletivismo asfixiante.

Como, historicamente, atravessamos uma fase onde há possibilidade de todos os homens se comunicarem com todos os homens, por consequência do progresso técnico, a acentuação de qualquer desses erros pode levar toda a humanidade a um tipo determinado de dominação ideológica.

É exatamente nesse clima que o cristão tem que se colocar e apontar enérgicamente para os valores que, como cristão, reconhece capazes de superar o conflito que, tanto o egoísmo pessoal, como o egoísmo social nacional podem gerar.

Precisamente, nesse momento da história, um homem que desempenha, num contexto confessional, o papel de chefe supremo, explicita um conceito para uma ação social digna, mesmo sem apelar para suas consequências no plano da fé, acentuando, antes, sua vinculação à simples natureza de cada homem e da história social que constroem: a socialização, "isto é, essas mútuas e diariamente mais numerosas relações entre os homens, as quais impuseram à sua vida e à sua ação múltiplas formas de convivência social, geralmente reconhecidas pelo direito privado e pelo direito público" (M.M.). "A socialização é também fruto e expressão da tendência natural, quase incorcível, pela qual os homens se reúnem espontaneamente em sociedade ao tratar-se da obtenção dos bens que dese-

jam e superam a capacidade dos indivíduos em particular" (M.M.).

Acreditamos que João XXIII veio recolocar, com êsse ensinamento, o direito de apropriação pessoal nos limites autênticos da pessoa humana. Aquilo que é, por direito, da pessoa, ser-lhe-á inalienável como antes, mas não poderá mais ser egoisticamente exclusivo. A dimensão social que tem a pessoa terá que se estender ao que ela, por direito, apropriou.

Dentro dessa perspectiva, pode imaginar-se as profundas alterações que a coerência com êsse ensinamento deverá levar o homem e, principalmente, o cristão, no plano de sua realização econômica, tanto pessoal, como comunitária, tanto nacional, como universal.

É isso se justifica porque nem mesmo os cristãos do ocidente puderam escapar a uma viciosa concepção do direito privado. Em todo relacionamento sócio-econômico passou a predominar o interesse, o lucro, a dominação, o poder. Os ideais burgueses de libertação em relação à nobreza e à coroa não foram estendidos aos homens comuns, àqueles que não suspeitavam ainda de que os mesmos direitos também lhes cabiam. Na palavra de Mounier: "uma fração do mundo cristão abraçou mais docilmente as causas da idade burguesa do que os ditames das exigências interiores da fé cristã". (9)

O uso comum dos bens materiais se inclui numa disposição providencial de Deus. Antes de ser particular e individual, a propriedade é essencialmente humana. E propriedade humana é um gênero do qual o privatismo é apenas uma espécie. (10)

Os regimes modernos de economia não permitem o resultado autenticamente humano do trabalho, que é a propriedade para todos. Um erro de individualismo exagerado fez repousar o direito de propriedade sobre a natureza humana, sem a consideração de seu verdadeiro estado de natureza imperfeita e transformou-se num absoluto, dando margem a que tanto se insistia na "inviolabilidade sagrada" dos direitos dos proprietários. O ensinamento cristão rejeita êsse caráter absoluto e egoísta da propriedade. Propriedade é, pois, uma relação entre homem e natureza, dado que as coisas do mundo foram feitas para o homem. Essa relação, que também os animais têm, aparece no homem com a peculiaridade de que êste a pode universalizar. Ela é uma exteriorização da liberdade do homem. E a Igreja sempre se colocou num prisma de quem defende essa liberdade e nunca de proteção de direitos de qualquer forma adquiridos.

Dai decorre que a propriedade privada, enquanto expressa o desejo de posse, enquanto fôr tida como garantia última e única da pessoa humana, é radicalmente contrária à Doutrina Social da Igreja.

A socialização terá que se explicitar cada vez mais num plano de relações de comunicação, de reconhecimento, de desinteresse e, aí, nunca entrarão em choque os interesses pessoais com o Bem Comum, porque cada pessoa só se sentirá plenamente ela mes-

ma quando, por compreender tôda sua significação de sujeito que se comunica, encontrar-se totalmente voltada para o bem universal.

Socialização será a plenitude da diferenciação individual, abrangendo todos os planos da vivência humana, numa convergência universal para o Sumo Bem. Implicará, portanto, u ma superação da dicotomia entre o que é "un" e o que é "múl tiplo", pois, na realidade, só há contradição entre âles quan do os isolamos sob formas ou noções abstratas. "Nenhum espí rito existe, nem poderia existir, por construção, sem um m^ul tiplo que lhe seja associado". (11)

Podemos compreendê-la, finalmente, como "uma tendência natural, quase irreprimível dos sêres humanos" (M.M.). Por ela, "será possível satisfazer muitos direitos da pessoa hu mana, especialmente os chamados econômicos e sociais, por e xemplo, o direito aos meios indispensáveis ao sustento, ao tratamento médico, a uma EDUCAÇÃO DE BASE mais completa, a uma formação profissional mais adequada; direito à habita ção, ao trabalho, a um repouso conveniente e ao descanso." (M.M.).#

Os homens comuns, graças à técnica, à rapidez de comu nicações, já têm em mãos os instrumentos suficientes para se fazerem presentes tanto à sociedade nacional, como à so ciedade internacional. Da mesma forma, os pequenos países jã não se sujeitam mais a serem eternamente esquecidos na re partição da renda universal. Já não mais se submetem à con dição de um neocolonialismo, de uma dominação disfarçada. A socialização - "multiplicação progressiva das relações den tro da convivência social" - se impoe universalmente. Note-se que a definição não implica idéia alguma de retribuição ou lucro. Ela comporta mais uma inspiração para a doação e o desprendimento de que qualquer idéia de "ter mais" para "ser mais".

Não exclui uma programação sócio-econômica nacional , nem mesmo universal, mas jamais se prenderá exclusivamente ao que é econômico. Nem mesmo poderíamos esperar que as con dições estruturais da nação pudessem adiar as exigências de reformas (por que não usar o têrmo?) em todos os setores de pois que uma tomada de consciência, que é de quase todo um povo, se faz atuante no panorama sócio-econômico brasi leiro.

É exatamente nesse instante que se apresentam as dico tonias aberrantes, os extremistas apaixonados. A luta se es tabelece, tendo de permeio as posições conciliatórias.

. . .

O grifo é nosso.

4. SOCIALIZAÇÃO E SOCIALISMO

Temos agora que tomar algumas notas para distinguir socialização de socialismo. As colocações anteriores nos levam a tomar socialização mais como atitude decorrente da natureza humana e das condições de progresso tecnológico do que como sistema, quer político, quer econômico.

Socialismo, pelo contrário, vai caracterizar-se exatamente como sistema social global, onde a propriedade dos bens de produção sofre restrições maiores ou menores, conforme a rigidez do sistema político em vigor. (12)

Implica uma teoria de causação social, onde os fatores econômicos preponderam como determinantes da ação humana. A institucionalização no domínio dos meios de produção passa a ser centralizada pelo poder público. Entretanto, não se deve simplificar toda a consideração sobre socialismo em função dos fatores de produção e de controle econômico nacional. Uma atitude de socialista, em face da sociedade humana, implica muito mais que o simples "ter mais e melhor", afirmados também pelos princípios capitalistas. "O socialismo significa, antes de tudo e sobretudo, um novo mundo cultural". (13)

De fato, uma convicção socialista teria que ser levada a buscar, na própria definição do ser humano, novos elementos que possam, ulteriormente, justificar a preponderância do social sobre o pessoal e particular. Essa justificativa será encontrada num conjunto de idéias que colocarão o homem como ser que transforma a natureza e encontra apenas na relação de transformação, de produção, sua razão de ser, na medida em que todo processo de produção se destina ao bem da sociedade global. (14)

Apenas anotamos mais uma distinção necessária. Um movimento socialista não deve confundir-se com um sistema socialista. Os movimentos se apresentam através das frentes, dos partidos, dos grupos que assumem uma perspectiva socialista, mais ou menos autêntica, conforme as circunstâncias de tempo e local em que aparecem. Não deverá, portanto, ser confundido com o sistema que será a concretização social, política e econômica dessas intenções. A bibliografia indicada dará oportunidade de maior aprofundamento do tema.

Há, também, uma definição da Igreja que envolve uma condenação de socialismo, explicitada na Quadragesimo Anno, de Pio XI, prendendo-se mais às implicações filosóficas do socialismo do que às suas realizações e possibilidades de promoção social.

Podemos, a esse respeito, transcrever as conclusões do es

tudo do Prof. Mesquita: "Não será devido ao regime da propriedade que se há de pôr obstáculo a qualquer forma de socialismo compatível com a linha da doutrina da Igreja, porque, neste sentido, já textualmente dissera Pio XI, há mais de 30 anos, ao se referir ao chamado socialismo mitigado: "por este caminho podem os princípios dêste socialismo mitigado vir, pouco a pouco, a coincidir com os desejos e reclamos dos que procuram reformar a sociedade, segundo os princípios cristãos. Estes, com razão, pretendem que certos gêneros de bens sejam reservados ao Estado, quando o poderio que trazem consigo é tal que, sem perigo do mesmo Estado, não podem deixar-se em mãos dos particulares. Tão justos desejos e reivindicações em nada se opoem à verdade cristã e muito menos são exclusivos do socialismo" (Q.A.).

Como se vê, o que preocupava Pio XI não era o regime de propriedade, mas apenas a doutrina que qualquer regime de propriedade pode supor.

. . .

5. SOCIALIZAÇÃO E BEM COMUM

De um modo geral, a preocupação maior da socialização tem que ser o Bem Comum. O que não poderá mais ter vigência são os valores que dão primazia a qualquer tipo de dominação, qualquer precedência ao lucro, ao capital, em detrimento da pessoa.

Nessa perspectiva, a sociedade que se deve cristãmente pretender terá uma orientação para o homem e para o conjunto dos homens.

Quando o trabalho estiver orientado para mediar entre homem e homem, como fruto significativo do desejo de comunicação e fraternidade, teremos uma civilização do trabalho toda ela orientada para o Bem Comum. E, então, êsse Bem Comum não mais poderá definir-se como sendo apenas "as circunstâncias concretas que permitam a todos da comunidade atingir um nível à altura da dignidade humana". (15)

Creemos que, se isso representa uma verdade, não representa toda a riqueza do Bem Comum. Maritain vai mais adiante quando diz: "O que constitui o bem comum da sociedade política não é, pois, somente o conjunto dos bens ou serviços de utilidade pública ou de interesse nacional (estradas, portos, escolas etc.), que supõe a organização da vida comum, nem as boas finanças do

Estado, nem o seu poder militar. Não é somente o conjunto de leis justas, de bons costumes e de instituições capazes que dão a sua estrutura à nação, nem a herança das suas grandes recordações históricas, dos seus símbolos e das suas glórias, das suas tradições vivas e dos seus tesouros de cultura. O Bem comum compreende todas estas coisas, mas muito mais ainda, e mais profundo, mais concreto e mais humano: porque envolve, também, e antes de tudo, a própria soma, muito diferente de uma simples coleção de unidades justapostas (porque, mesmo na ordem matemática, Aristóteles nos advertiu de que 6 não é mesma coisa que $3 + 3$), ou integração sociológica de tudo o que há de consciência cívica, de virtudes políticas e de sentido do direito e da liberdade, de tudo o que há de atividade, de prosperidade material e de riquezas do espírito, de sabedoria hereditária, inconscientemente posta em ação, de retidão moral, de justiça, de amizade, de felicidade e de virtude, e de heroísmo, nas vidas individuais dos membros da comunidade, enquanto tudo isso é, numa certa medida, comunicável, recaindo sobre cada um e auxiliando assim cada um a completar a sua vida e a sua liberdade de pessoa". (16)

E no Bem Comum está incluído, como elemento essencial, o máximo do desenvolvimento possível "hic et nunc" das pessoas, daquelas pessoas que constituem a multidão unida, para formar um povo, segundo relações não somente de forças, mas de justiça.

Não será isso tudo o caminho seguro para a socialização?

. . .

6. REFLEXÕES FINAIS

Uma relação com a realidade brasileira

Todas estas considerações não são absolutamente estranhas ao conjunto de povo, quer seja ou não desenvolvido. Qualquer grupo é naturalmente dotado, dentro de sua condição cultural, para perceber tudo isso, ainda que não disponha dos recursos instrumentais da linguagem para expressá-lo. É por isso que po de reagir favoravelmente ao que percebe corresponder às suas aspirações e, negativamente, ao que a elas não corresponde.

Foi a consciência dessas exigências que originaram, no Brasil, dois movimentos que cresceram - pode parecer a alguns - de forma exagerada e violenta: o Sindicalismo Rural e a Cultura Popular.

O primeiro representa uma mobilização rápida de uma faixa da população, que se mantinha marginal às decisões da vida nacional (não é nossa missão nos alongarmos a respeito).

O segundo é a consequência de uma exigência cultural indispensável à realização do homem, que emergiu assustadoramente numa consonância quase simultânea com movimentos de cultura popular na França, no México, no Chile e em outros países. Ambos, contudo, englobam uma necessidade vital da realidade brasileira, quando as exigências do homem começam a preocupar até os menos interessados em questões sociais, uma vez que se constituem em ameaça ao comodismo das chamadas "boas consciências".

Atravessamos mais uma crise. Mais uma vez se levantaram as armas em defesa da nação, da legalidade, da democracia, do cristianismo, de não se sabe mais quantas coisas... Mais uma vez o brasileiro superou a crise, ainda sem muito sangue, apesar das muitas injustiças.

Cabe-nos perguntar: e agora ?

Além das repressões, dos expurgos, das declarações, quem realmente tem algo a fazer, quem realmente quer fazer alguma coisa?

Acreditamos que a simples destruição do que começava a existir de autêntico em sindicalismo rural, em movimentos de cultura popular, nunca será solução para os problemas sociais que continuam a fazer do povo brasileiro uma verdadeira massa objetivada da exploração capitalista, um campo propício para a implantação do regime que tanto horroriza os pseudodemocratas.

A socialização, como exigência fundamental do fato global humano, nos termos explicitados pela Doutrina Social da Igreja, permanece acima da disputa entre as civilizações capitalista e socialista. Se o Brasil não souber mostrar-se agora capaz de crescer, efetivamente, na liberdade que afirma ter conquistado, não propiciar, concretamente, a realização da promoção humana, não terá apenas afastado um perigo comunista, que se tornará cada dia tentação maior para um povo frustrado. Ter-se-á simplesmente entregue nas mãos de grupos egoístas e incapazes.

A nós, cristãos, cabe a tarefa do trabalho e do testemunho. A tarefa da socialização pede sua continuidade sem compromissos com qualquer perspectiva ideológica.

A sindicalização do operário e do trabalhador rural, a educação de base, uma cultura popular descomprometida permanecem como exigências, não mais dos nossos sentimentos humanitários, mas como testemunho último de nossa fé.

Essa socialização poderá realizar-se, tanto dentro de uma sistematização político-econômica capitalista, quanto numa sistematização socialista. As opções de sistema político ou econômico não são fundamentais. Fundamental é a opção pelo homem. E as primeiras só se tornam significativas quando, em qualquer circunstância, atingem a dignidade da pessoa. E a pessoa, pelo que se pode entender de tudo o que expusemos, se reduz a um "quase nada" na medida em que se nega à socialização.

. . .

7. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MARITAIN, JACQUES: Pessoa e Bem Comum, São Paulo, Editora Duas Cidades, 1963, pg. 55.
2. Iden, ibidem.
3. AMOROSO LIMA, ALCEU: O Princípio de Socialização, Revista Síntese, julho/setembro, 1961, pg. 28.
4. CALVEZ, J.Y.: Igreja e Sociedade Econômica, Pôrto, Editora T.Martins, 1961, pg. 596.
5. MOUNIER, EMMANUEL: Sombras de Mêdo sôbre o Século XX, Rio de Janeiro, Editora Agir, 1958, pg. 18.
6. MOUNIER, EMMANUEL: op. cit. pg. 20.
7. CHARDIN, PIERRE TEILHARD DE: L'Energie Humaine, Paris, Editions du Seuil, 1962, pg. 80.
8. JOLIF, J.Y.: Liberté et Socialisation, Rev. Économie et Humanisme, março/abril, 1963, nº 145.
9. MOUNIER, EMMANUEL: op. cit. pg. 104.
10. CALVEZ, J. Y.: op. cit.
11. CHARDIN, PIERRE TEILHARD DE: op. cit. pg. 74.
12. Ver definições em:
SCHUMPETER, J.A.: Capitalismo, Socialismo y Democracia, Madrid, Ed. Aguilar, 1952.
SWEEZY, PAUL M.: Socialismo, Zahar, 1963, pg. 17/23.
13. SCHUMPETER, J.A.: op. cit. pg. 233.
14. Consultar:
CALVEZ, J.Y.: O Pensamento de Karl Marx, Pôrto, Editora Martins, 1959.
BAIS, EMILE ; Introdução Crítica ao Marxismo, Rio de Janeiro, Agir, 1958.
BIGO, PIERRE; Marxisme et Humanisme, Paris, PUF, 1962.
CHAMBRE, HENRI: De Marx a Mao-Tse-Tung, São Paulo, Editora Duas Cidades, 1962.
LACROIX, JEAN: Marxisme, Existentialisme, Personalisme, Paris, PUF, 1962.
15. BASTOS D'AVILA, P.FERNANDO: Neocapitalismo, Socialismo, Solidarismo, Rio de Janeiro, Agir, 1963, pg. 166.
16. MARITAIN, JACQUES: op. cit. pg. 57/58.